



O papel das redes referenciais na construção argumentativa de colunas de opinião assinadas

Francisco Felipe de Oliveira Rocha

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9711-2289>

E-mail: felopeoliveira.rocha@gmail.com

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9569-5567>

E-mail: lidianemoraes@uern.br

RESUMO

Este artigo, decorrente de um trabalho de dissertação (Rocha, 2024), analisa o papel das redes referenciais na construção argumentativa de colunas de opinião assinadas. Para tal, filiamos-nos ao quadro teórico da Linguística Textual, dando ênfase à interface entre esta e a Teoria da Argumentação do Discurso, a partir da qual assumimos a argumentatividade como um princípio inerente ao texto. Adotamos, ainda, os pressupostos de que a referenciação é uma atividade discursiva e de que os referentes se organizam em redes referenciais. As discussões teóricas são aqui empreendidas com base em autores como Mondada e Dubois (2003), Cavalcante *et al.* (2020) e Matos (2018). O corpus da pesquisa constitui-se de duas colunas de opiniões assinadas, veiculadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, das quais são analisados dois excertos, um de cada coluna. Quanto aos resultados, as análises mostraram que os referentes instituídos pelos colunistas mantêm entre si múltiplas relações de sentido, compondo redes referenciais, as quais colaboram para a tentativa de influenciar os leitores, na busca por fazê-los aderir às teses defendidas. Em razão da natureza opinativa do gênero investigado, verificamos que as redes são revestidas de traços explicitamente avaliativos. Conclui-se, assim, que as redes referenciais são um poderoso meio para apreender a argumentatividade, o que reforça a sofisticação teórica, analítica e metodológica da interface entre Linguística Textual e Teoria da Argumentação no Discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Redes referenciais; Argumentação; Colunas de opinião assinadas.



The role of referential networks in the argumentative construction of signed opinion columns

ABSTRACT

This article, resulting from a dissertation (Rocha, 2024), analyzes the role of referential networks in argumentative construction of signed opinion columns. For this, we affiliate to the Textual Linguistics theoretical framework, emphasizing the interface between it and the Theory of Discourse Analysis, from which we assume argumentativeness as a principle inherent to the text. We also adopt the assumptions that referencing is a discursive activity and that referents organize in referential networks. Theoretical discussions are undertaken here based on authors like Mondada and Dubois (2003), Cavalcante *et al.* (2020) and Matos (2018). The research corpus consists of two signed opinion columns, published by the newspaper *Folha de S. Paulo*, from which two excerpts are analyzed, one from each column. As for the results, the analyses show that the referents established by the columnists keep multiple relations of meaning between them, composing referential networks, which collaborate to the attempt of influencing readers, in the search for making them adhere to the theses defended. For reason of the opinative nature of the genre investigated, we verify that the networks are revested of explicitly evaluative traits. It is concluded, thus, that reference networks are a powerful means to apprehend the argumentativeness, what reinforces the theoretical, analytical and methodological sophistication of the interface between Textual Linguistics and the Theory of Argumentation in Discourse.

KEYWORDS: Referential networks; Argumentation; Signed opinion columns.

1. Introdução

Filiado teórica-metodologicamente à Linguística Textual (LT), este artigo decorre de um trabalho de dissertação (Rocha, 2024), do qual contém, em todas as seções, recortes em geral revisados, reformulados, adaptados e, em menor medida, ampliados. O objetivo do trabalho é investigar o papel das redes referenciais na construção argumentativa de colunas de opinião assinadas. Para alcançar tal objetivo, orientamo-nos pelos pressupostos da argumentatividade inerente ao texto e do fenômeno da referenciação, em cujos estudos surgiu a noção de redes referenciais, de importância capital para nossa pesquisa.

A argumentatividade é assumida aqui a partir de estudos como o de Cavalcante *et al.* (2020), que têm proposto um diálogo “simbiótico e retroalimentar” com a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), criada pela analista do discurso Ruth Amossy. Assim, ao mesmo tempo em que se vale dos princípios dessa teoria e, com base neles, passa a defender que a argumentação é uma dimensão constitutiva do texto, a LT oferece, como sua contribuição à interface, caminhos analíticos para o exame textual da argumentação. Os critérios textuais da LT podem, defende Cavalcante (2016), apontar para as trilhas argumentativas do texto, revelando o indiciamento do *logos*, do *ethos* e do *pathos*.

No que diz respeito à referenciação, tomamos como fundamento básico o entendimento de que esse processo constitui uma atividade discursiva (Mondada; Dubois, 2003; Koch, Marcuschi, 1998), além de nos abrigarmos na segunda tendência de estudos sobre o fenômeno, que, em síntese, propõe que o processo de (re)elaboração de referentes se estabelece mediante a participação de uma multiplicidade de fatores, linguísticos e extralinguísticos (Custódio Filho, 2011). Advogamos, com Matos (2018), que a organização textual dos referentes se dá em redes referenciais, o que, a nosso ver, torna redutoras e insuficientes as propostas de análise individual

e isolada dessas entidades. A referenciação é um dos critérios microtextuais “essenciais para a articulação de todos os aspectos das unidades de comunicação e de sentidos em contexto” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 269), de modo que a construção textual dos sentidos — que envolve a argumentação — seria impensável sem o processo de (re)elaboração dos referentes.

O corpus escolhido para a pesquisa constitui-se de colunas de opinião assinadas, gênero pertencente ao campo jornalístico de atividade humana. De acordo com Alves Filho (2006), as colunas cumprem, entre outras funções sociocomunicativas estabilizadas, a de servir como ferramenta para o comentário avaliativo pessoal-profissional acerca de eventos e acontecimentos de natureza diversa e considerados relevantes. A autoria desse gênero, segundo o autor, é do tipo socioprofissional e interna ao jornal, sendo o colunista (jornalista) a instância responsável por assumi-la.

Quanto à organização, este artigo se divide em seis seções, sendo esta introdução a primeira delas; a segunda discute a dimensão argumentativa do texto; a terceira discorre sobre os fundamentos básicos da referenciação e os conceitos-chave atrelados ao fenômeno; a quarta apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa; a quinta analisa as colunas que compõem o corpus do artigo; e a sexta, por fim, expõe as considerações finais.

2. A dimensão argumentativa do texto

A LT tem se dedicado a “descrever e explicar as estratégias de colocar em texto (isto é, de textualizar) os propósitos dos interlocutores que agem em práticas discursivas convencionadas como gêneros do discurso” (Cavalcante *et al.*, 2019, p. 16). Tais estratégias de textualização — e, de modo mais amplo, todo o fazer textual — são essencialmente argumentativas, como defendem Macedo (2018) e Cavalcante *et al.* (2020). Para explicar a argumentatividade que atravessa o texto, esses autores recorrem aos postulados da TAD, estabelecendo com ela um diálogo que tem se revelado produtivo.

Concebendo a argumentação como uma dimensão constitutiva de todo e qualquer discurso, a TAD rejeita a posição clássica segundo a qual a existência de uma tese a ser sustentada por argumentos é uma condição necessária para o empreendimento argumentativo. Com efeito, para Amossy (2011), a defesa de uma tese é apenas um dos modos de argumentar, que se releva em gêneros como o editorial e o artigo de opinião. A argumentação, vista de forma mais ampla, é concebida pela autora como “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (Amossy, 2011, p. 130). Essa visão contempla as manifestações de linguagem que, tradicionalmente, não são classificadas como argumentativas, como nos gêneros notícia e reportagem. A concepção alargada de argumentação proposta pela TAD é compartilhada pela LT, que passa a sustentar que todo texto é argumentativo, uma vez que “ele sempre acontece como resposta a um já-dito e como tentativa de influência sobre seu(s) interlocutor(es)” (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 40).

Na troca argumentativa, há, evidentemente, sujeitos que argumentam e sujeitos que são alvo da argumentação, e a compreensão dessa categoria teórica — a do sujeito — é também fundamental à TAD. Para Amossy (2016, p. 172), o sujeito é regulado por fatores de ordem social, mas

“a regulação e as determinações sociais não bloqueiam a possibilidade de uma troca em que os sujeitos se engajam em um projeto de influência mútua”. Sendo assim, a despeito das regulações que inescapavelmente sofre, o sujeito, ainda segundo a autora, é capaz de agir, de influenciar a realidade. Em outras palavras, a TAD não abre mão da agentividade do sujeito advogada pelos estudos retóricos, mas tenta acomodá-la ao princípio das determinações sociais em voga nos estudos do discurso. Na LT, por influência da TAD, o sujeito é concebido de modo semelhante, como salientam Cavalcante *et al.* (2020): ele é, ao mesmo tempo, coagido sócio-historicamente (isto é, não soberano) e capaz de empreender estratégias para a produção e a compreensão de textos.

O compartilhamento das noções de sujeito e argumentação favorece o diálogo entre LT e TAD; no entanto, importa frisar que essas duas abordagens teóricas também apresentam distinções, e queremos destacar duas delas, as quais foram assinaladas por Cavalcante *et al.* (2020). A primeira distinção, seguindo os autores, é atinente ao procedimento metodológico: para a TAD, o texto é uma unidade de análise, mas não seu objeto de investigação — posição ocupada pelo discurso. Disso decorre que, no âmbito da TAD, o olhar para o texto se concentra em elementos como os itens lexicais, a partir dos quais o analista busca apreender o discurso e o interdiscurso; para a LT, por sua vez, o texto é tanto unidade de análise quanto unidade de investigação, e o foco se dirige para sua organização e para a descrição e a compreensão das estratégias de textualização.

A segunda distinção, ainda conforme Cavalcante *et al.* (2020), é de natureza conceptual, residindo na conceituação dada ao texto. Amossy (2020, p. 41) confere à TAD, entre outros tipos de abordagem, uma abordagem textual, concebendo o texto como “um conjunto coerente de enunciados que formam um todo”, cuja construção se dá por meio de “procedimentos de ligação”. Em LT, o texto é visto de modo muito mais complexo: como um enunciado contextualmente situado e que tem uma unidade de coerência negociada pelos sujeitos envolvidos na interação (Cavalcante, 2016). Consequentemente, ao investigar a construção textual, o linguista do texto não pode se limitar ao exame da materialidade textual ou dos procedimentos de ligação, sendo necessário considerar, entre outros fatores, os elementos contextuais e os conhecimentos mobilizados por locutor e interlocutor(es).

Discutidas as convergências e as distinções que estão na base da interface, podemos postular, com base em Cavalcante *et al.* (2022), que todo texto é argumentativo na medida em que o locutor/enunciador que o produz, ao tentar exercer influência sobre seu(s) interlocutor(es) ou, ainda, sobre o terceiro, age de modo intencional e estratégico, gerenciando pontos de vista que podem ser relacionados a diferentes enunciadoreis. Os pontos de vista gerenciados podem ser defendidos de modo programado ou podem se fazer presentes de modo mais implícito, nos casos em que o procedimento argumentativo não se revela tão abertamente.

3. O processo de referenciação e a noção de redes referenciais

Os estudos em referenciação têm se sustentado em uma linha de pensamento caracterizada fundamentalmente como não referencialista, que rejeita a ideia de correspondência rígida entre palavras e coisas. De acordo com Marcuschi (2008), a linguagem, sob esse prisma, é conce-

bida como uma atividade sociocognitiva, o que enfatiza seu caráter interacional e a necessidade de abranger, em seu estudo, aspectos situacionais, sócio-históricos e culturais, bem como os conhecimentos mobilizados pelos sujeitos em interação. Essa é a visão pleiteada por Mondada e Dubois (2003), que criaram o termo *referenciação* para designar o ato de referir e exercem forte influência nos estudos sobre o fenômeno. O cerne da visão não referencialista consiste em que “a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo” (Koch; Marcuschi, 1998, p. 173).

A atividade de *referenciação*, em linhas gerais, promove a criação daquilo a que Mondada e Dubois (2003) denominam “objetos de discurso”, termo usado intercambiavelmente com “referente”, em LT. Os referentes são, na definição de Cavalcante (2011), as entidades que locutor e interlocutor(es) (re)constroem mentalmente por ocasião do processamento textual. Todo texto precisa conter referentes sobre os quais se atribuam predicções, e essas entidades são responsáveis pela significação substancial dos textos (Cavalcante *et al.*, 2014). Ainda é preciso sublinhar, como o faz Cavalcante (2011), o caráter substantivo dos referentes, o que os torna passíveis de nomeação via sintagmas nominais, embora tal nomeação não necessariamente aconteça.

As discussões sobre a não necessidade de nomeação dos referentes por sintagmas nominais ou por expressões referenciais se inserem no âmbito da segunda tendência de estudos em *referenciação* (Custódio Filho, 2011), que alargam o campo de investigação para além do exame das expressões referenciais, superando a limitação característica da primeira tendência. Nos estudos situados na segunda tendência, passa-se a considerar, ainda de acordo com Custódio Filho (2011), fatores outros que concorrem para a (re)elaboração das entidades, a saber: a superfície textual completa, os dados contextuais e o aparato cognitivo. Com isso, o processo passa a ser entendido como mais dinâmico e complexo.

A atividade discursiva de (re)construção dos referentes é descrita, na literatura especializada, em termos de processos referenciais: a introdução referencial, a anáfora e a dêixis. Cavalcante *et al.* (2022) chamam atenção para o fato de que o tratamento adequado de tais processos precisa partir da consideração do texto como unidade delimitada de investigação, uma unidade que tenha início, meio e fim. De outro modo, argumentam os autores, seria difícil precisar quando estaríamos diante de uma introdução referencial ou de uma anáfora. Considerando isso, Cavalcante *et al.* (2014) entendem a introdução referencial como a estreia do referente no texto, enquanto a anáfora consiste em sua continuidade, que pode se dar de três modos distintos: 1) anáfora direta, na retomada de um mesmo referente; 2) anáfora indireta, na retomada de um referente ancorado em outros referentes ou em pistas co(n)textuais, dando a impressão de introduzir uma entidade nova; 3) anáfora encapsuladora, na retomada de porções (con)textuais difusas e de extensão variável. A continuidade do referente geralmente promove transformações na entidade; essas transformações recebem o nome técnico de recategorização e englobam, na proposta de Custódio Filho (2011), as mudanças por acréscimo, por correção e por confirmação, as quais impactam no estatuto do referente. A dêixis, por fim, e ainda segundo os autores, caracteriza-se por sua capacidade de estabelecer um vínculo entre a materialidade textual e a situação enunciativa.



O tratamento cada vez mais complexo que a referenciação tem recebido nos estudos de LT encontrou poder explicativo na noção de redes referenciais, cunhada por Matos (2018), com a qual a autora busca refinar a compreensão sobre como os referentes se organizam e se (re)constróem no texto. O objetivo de Matos, com essa proposta, é substituir noções como as de “cadeia coesiva” e “cadeia referencial”, que dão à questão da referência um tratamento que se impõe limites formais. Como revela o percurso traçado pela autora, as pesquisas em torno das noções de cadeia ou se voltavam para os recursos gramaticais e lexicais que possibilitam o encadeamento de elementos de referência no cotexto (primeiro grupo) ou se debruçam sobre as expressões referenciais e as funções desempenhadas por elas no texto (segundo grupo). Num e noutro caso, não se ultrapassa o exame das expressões referenciais.

A implicação fundamental de se abandonar a noção de cadeias referenciais em favor da noção de redes referenciais, como defende Matos (2018), é o alcance conceitual mais sofisticado que a ideia de redes acarreta, em contraposição à visão restrita das cadeias. Tratar de redes referenciais, para a autora, significa enfatizar e privilegiar o relacionamento entre os referentes na constituição do texto. Nessa perspectiva, redes referenciais são definidas como “entrelaçamentos de sentidos na construção dos referentes, os quais mantêm uma diversidade de relações entre si e se adaptam, funcionalmente, aos modos de constituição dos textos” (Matos, 2018, p. 169). Operando-se dessa maneira, os referentes não são mais vistos de forma isolada, pois o que a dinâmica textual como um todo revela é que eles entram em relação uns com outros, num jogo de conexões e associações complexas, difusas, dinâmicas e ricas para a construção dos sentidos. O que se verifica, portanto, é que a (re)construção de um referente impacta direta e decisivamente na (re)construção de outros referentes aos quais esteja vinculado, de modo a estabelecer uma rede de relações, a que se denomina rede referencial.

A noção de redes referenciais é aprofundada por Matos (2018) a partir da atribuição de quatro características, as quais orientam o caminho analítico operacionalizado pela proposta: 1) a construção das redes referenciais não se assenta necessariamente em unidades lexicais dispostas cotextualmente; 2) a possibilidade de as redes serem divisadas sob o parâmetro formal, ao compor as unidades retóricas do gênero — essa seria uma característica própria da abordagem sociorretórica dos gêneros, mas pode-se afirmar que, em qualquer abordagem teórica, as redes se moldam aos gêneros; 3) o fato de os referentes não se relacionarem apenas léxico-semânticamente: as relações entre eles são principalmente sociocognitivo-discursivas; 4) o fato de as redes requererem, por sua própria natureza, um tipo de abordagem que privilegie as interações discursivas que elas mantêm entre si, diferentemente das cadeias, tratadas isoladamente no texto.

O estudo das redes, portanto, ajuda a referenciação a se estabelecer como um fenômeno situado na dinâmica textual completa, acentuando o rompimento com os limites formais que marcaram as pesquisas sobre o fenômeno em momentos anteriores. Como enfatizam Cavalcante *et al.* (2022, p. 274), os referentes “articulam-se a ações verbais, a atributos, circunstâncias, a conectivos e também a quaisquer outros elementos que estabeleçam com eles certas conexões, de modo a operar-lhes mudanças recategorizadoras”. É preciso considerar, portanto, essa multiplicidade de fatores ao se examinar o processo de (re)construção dos referentes.

4. Procedimentos metodológicos

O corpus deste trabalho compõe-se de duas colunas de opinião assinadas, das quais apresentamos e analisamos dois excertos — o primeiro parágrafo de cada uma delas. O primeiro excerto é da coluna “Ele nos ensinou a odiar”, escrita por Ruy Castro e veiculada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em seu portal on-line no dia 6 de abril de 2023; o segundo excerto é da coluna “Língua livre”, de autoria de Hélio Schwartsman, veiculada pelo mesmo jornal em seu portal on-line no dia 30 de janeiro de 2023.

Optamos por proceder com uma abordagem qualitativa, cujas coordenadas gerais — descrição, explicação e interpretação exaustivas dos dados coletados (Prodanov; Freitas, 2013) — estão em sintonia com o tratamento que se tem dado ao programa analítico da LT, que se encontra entre estudos descritivos e estudos discursivos (Cavalcante, 2016). Considerando isso, elegemos uma das estratégias de textualização do quadro teórico da LT, a referência, conferindo-lhe um tratamento condizente com o tipo de abordagem escolhido.

A originalidade no tratamento dado aos textos que constituem o corpus (no sentido de não terem sido examinados anteriormente a partir dos mesmos critérios analíticos) caracteriza a pesquisa como de cunho documental (Gil, 2008). Em sentido ligeiramente diferente mas complementar, as colunas selecionadas podem ser consideradas documentos também porque dão o testemunho de seu tempo, sob a ótica dos colunistas que assumem sua autoria.

5. Análise das colunas

Apresentamos, a seguir, o primeiro parágrafo da coluna “Ele nos ensinou a odiar”, escrita por Ruy Castro.

Em minha última coluna, escrevi que Bolsonaro corrompeu, estuprou e prostituiu instituições civis e militares. Faltou espaço para acrescentar o que já me passava pela cabeça e que, poucas horas depois, a tragédia de Blumenau — crianças assassinadas a machadadas numa creche — viria confirmar: o embrutecimento e a desumanidade que ele nos legou. Bolsonaro conseguiu acrescentar um fator novo à violência a que já estávamos habituados. Acrescentou o ódio.

Atentemos, primeiro, à introdução de três referentes: “minha última coluna”, “Bolsonaro” e “instituições civis e militares”. Com o primeiro, o colunista situa a afirmação feita em sua coluna anterior, estabelecendo uma relação intertextual. A afirmação envolve e associa, via predicação, os dois últimos referentes, “Bolsonaro” e “instituições civis e militares”: o colunista afirma que Bolsonaro corrompeu, estuprou e prostituiu tais instituições. Assim, Bolsonaro é focalizado (o que promove uma primeira recategorização) por sua ação nefasta para com as instituições civis e militares, uma vez que ele é o agente das ações expressas pelos três verbos que compõem a predicação. As instituições mencionadas, por sua vez, são afetadas pelas ações de Bolsonaro, o

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2023/04/ele-nos-ensinou-a-odiar.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2025.



que também opera sobre elas uma recategorização. Merece destaque a forte carga axiológica que atravessa a predicação, com a semântica dos verbos “corromper”, “estuprar” e “prostituir”, designando ações negativas e, no caso de “estuprar”, até criminosa. Do ponto de vista argumentativo, verifica-se uma caracterização extremamente negativa do referente “Bolsonaro”.

Na sequência do parágrafo, Ruy Castro institui novos referentes, os quais operam acréscimos importantes para a progressão do texto: “a tragédia de Blumenau”, cuja descrição no aposto é acompanhada pelos referentes “crianças assassinadas”, “machadadas” (em referência aos golpes com o tipo de arma utilizada para o ataque), e “uma creche” (em referência ao local em que ocorreu o ataque). Esses referentes se conectam uns aos outros para compor a (re)construção textual do acontecimento que o colunista tomou como base para a escrita da coluna: o ataque à creche de Blumenau. Tal ataque, como vimos, é categorizado com a expressão “tragédia”, reveladora da apreciação negativa do colunista.

Apresentado o acontecimento em questão, novos referentes entram em cena, relacionados tanto ao ataque à creche quanto a Bolsonaro: “o embrutecimento”, “a desumanidade” e “o povo brasileiro” — este último, embora não se manifeste no texto assim explicitado, pode ser inferido por meio de dados contextuais (como o fato de a coluna tratar de um acontecimento situado em uma cidade brasileira) e cotextuais (a escolha pelo pronome oblíquo “nos”, que o colunista utiliza para se inserir no grupo dos cidadãos brasileiros). Os dois primeiros — “o embrutecimento” e “a desumanidade” — se relacionam a Bolsonaro na medida em que, segundo o colunista, constituem o legado do ex-presidente. A relação desses dois referentes com a tragédia de Blumenau, por sua vez, é de confirmação, pois, conforme o colunista, a tragédia confirmou, para ele, o legado de Bolsonaro, que já lhe passava pela cabeça. Nesse cenário, o povo brasileiro, outro referente em foco, emerge como o “recebedor” do legado de Bolsonaro.

As relações entre os referentes descritas acima operam uma mudança por acréscimo ao referente “Bolsonaro”: a caracterização que ele vinha recebendo anteriormente, centrada em sua ação nefasta para com as instituições civis e militares, agora ganha novos contornos, os quais poderíamos formular da seguinte forma: “responsável por legar embrutecimento e desumanidade ao povo brasileiro”. Com essa nova recategorização, Ruy Castro dá continuidade à sua representação negativa de Bolsonaro, com a qual busca influenciar os leitores da coluna.

Em seguida, o referente “Bolsonaro” mantém-se em foco e é posto em relação com outros três referentes: “um fator novo” (que em seguida é recategorizado como “o ódio”), “a violência” e “o povo brasileiro” (já apresentado no texto e agora retomado a partir da desinência do verbo “estávamos”, pista contextual com o qual o colunista reitera sua inserção no grupo dos cidadãos brasileiros). Bolsonaro se associa ao referente “a violência” em razão da modificação que ele lhe impõe ao acrescentar um novo fator: “o ódio”. O ex-presidente, segundo o ponto de vista defendido pelo colunista, altera, portanto, o estatuto ou a configuração da violência ao somar-lhe esse novo elemento. O referente “o povo brasileiro”, que participa dessa relação por ser quem convive com a violência, é recategorizado como “um povo já habituado à violência”. Essa recategorização, embora não seja homologada na materialidade textual por uma expressão referencial, é plenamente autorizada pelo trecho da coluna em que o colunista faz referência à “violência a que já estávamos habituados”.

As relações de sentido descritas também promovem recategorizações aos referentes “a violência” e “Bolsonaro”: enquanto o primeiro passa por uma mudança por acréscimo, de modo a incorporar o ódio como um de seus fatores, o segundo ganha uma nova representação, que se soma às demais, passando a ser visto como “aquele que acrescentou ódio à violência a que o povo brasileiro já estava habituado”. Com isso, a visão negativa que Ruy Castro tem de Bolsonaro, a qual perpassa todo o primeiro parágrafo, é mais uma vez reiterada.

Todos os referentes (re)construídos no primeiro parágrafo mantêm entre si ligações, conexões, entrelaçamentos de sentido, o que significa dizer que eles se organizam textualmente de modo a compor uma rede referencial. Essa rede referencial gira em torno principalmente do referente “Bolsonaro”, o mais saliente dos referentes (re)elaborados: a ele estão vinculadas as “instituições civis e militares”, que foram alvo de sua ação nefasta; “o embrutecimento” e a “desumanidade”, que constituem seu legado ao “povo brasileiro”, do que é um exemplo marcante “a tragédia de Blumenau”; “o ódio” fomentado por ele, que constitui um novo fator na violência com a qual convive o povo brasileiro. Assim configurada, a rede referencial é reveladora da orientação argumentativa pretendida por Ruy Castro, que se concentra em responsabilizar Bolsonaro pelo ódio que tem acompanhado a sociedade brasileira. O título da coluna, “Ele nos ensinou a odiar”, com o “ele” remetendo a Bolsonaro e o “nos” remetendo ao povo brasileiro, sintetiza a proposta argumentativa do colunista, com a qual ele busca atingir seus leitores.

O próximo excerto a ser analisado é o primeiro parágrafo da coluna de Hélio Schwartzman intitulada “Língua livre²”.

Mais que democrática, a língua é libertária. É verdade que gramáticos prescricionistas tentam agrihoá-la a regras, mas sua autoridade não vai muito além das provas de português, um pedaço pequeno da linguagem. No mundo real, cada falante diz o que quer, imprimindo suas idiossincrasias ao idioma. As inovações são então submetidas a um processo de digestão linguística, ao fim do qual algumas mudanças serão incorporadas, e a maioria, rejeitada, não passando de modismos. Já apanhei por escrever isso, mas não existe erro de português. Só o que temos são utilizações mais ou menos adequadas ao contexto.

O primeiro referente apresentado no parágrafo em análise é “a língua”, que é prontamente recategorizado com o traço de sentido “mais que democrática, é libertária”, a partir do qual o colunista já revela sua percepção sobre ele: dentre as várias possibilidades de se conceber e caracterizar a língua, foi com esse traço de sentido que Hélio Schwartzman optou por representá-la. Essa escolha é reveladora do projeto argumentativo do colunista e permite antecipar expectativas quanto à continuidade das ideias a serem desenvolvidas. Em seguida, é instituído o referente “gramáticos prescricionistas”, naturalmente ancorado ao referente “a língua”, dada a óbvia relação que há entre essas duas entidades na cultura ocidental. Para estabelecer essa relação, é necessário, pois, recorrer aos processos de inferenciação e de mobilização de conhecimentos de mundo. A ancoragem do referente “gramáticos prescricionistas” no referente “a

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2023/01/lingua-livre.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2025.



língua” caracteriza o processo referencial como anáfora indireta. Na continuidade do parágrafo, o referente “gramáticos prescricionistas” é vinculado também ao referente “regras”, com as quais eles buscam, segundo Hélio Schwartsman, “agrilhoar a língua”. Esses gramáticos são focalizados, então, pela sua atitude coercitiva em relação aos fenômenos linguísticos — e isso promove uma transformação que, de certo modo, já está inscrita no modificador “prescricionistas”, utilizado pelo colunista para compor a expressão referencial que homologa o referente. Trata-se, pois, de uma mudança por confirmação, que reitera o traço “prescricionista”.

Na sequência, o referente “gramáticos prescricionistas” é mantido em foco e interligado ao referente “sua autoridade”, estabelecendo um tipo de relação bastante evidente, já que é desses gramáticos, pertencente a eles, a autoridade da qual se fala. Essa associação entre os dois referentes também promove uma recategorização aos gramáticos prescricionistas: eles têm autoridade, notoriedade, propriedade e especialidade — advindas de sua atuação socioprofissional — para tratar de questões de língua, e, como o colunista frisou anteriormente, esse tratamento normalmente se dá pelo viés prescritivo, isto é, pelo estabelecimento de regras que objetivam ditar o certo e o errado no uso — ou em alguns usos — da língua. Esses dados quanto à atitude de gramáticos prescritivistas em relação aos usos da língua dependem também, em grande medida, dos conhecimentos de mundo que o leitor tenha sobre a questão.

Hélio Schwartsman mobiliza, também, o referente “as provas de português”, por meio do qual demarca os limites de atuação dos gramáticos prescritivistas: é apenas no âmbito escolar — e especificamente nas avaliações de língua portuguesa — que, segundo o colunista, tais gramáticos têm “poder”, sendo sua autoridade, portanto, relativa a esse espaço. Outra recategorização possível para o referente “gramáticos prescritivistas” poderia ser expressa da seguinte forma: “figuras cuja autoridade não ultrapassa os limites das provas de português”, uma recategorização não homologada por expressão referencial, mas, como demonstramos pela relação entre os referentes, autorizada pelo cotexto. As provas de português, por sua vez, são recategorizadas como “um pedaço pequeno da linguagem”. Ao (re)elaborar os referentes dessa forma, o colunista busca influenciar o olhar do leitor quanto ao poder reduzido que os gramáticos prescritivos desempenham nos rumos da língua, de modo a operar uma ressalva: mesmo com a atuação de gramáticos prescritivos, não se altera o caráter libertário e democrático da língua.

Posteriormente, o colunista instaura o referente “o mundo real”, que estabelece um universo de referência oposto ao “mundo escolar das provas de português”, ao qual limitou o poder dos gramáticos. Nesse novo universo de referência estabelecido é que se situa o referente “cada falante”, que se conecta a “suas (de cada falante) idiossincrasias” e a “o idioma”, o qual é marcado por essas idiossincrasias. Nesse cenário construído — o do mundo real — a língua se apresenta, sob a ótica de Hélio Schwartsman, “libertária e democrática”, longe das influências exercidas pela autoridade dos gramáticos prescritivos.

Na continuidade do parágrafo, Hélio Schwartsman esmiúça sua forma de conceber a língua ao instituir o referente “um processo de digestão linguística”, ao qual caberia a função de fazer uma espécie de seleção sobre “as inovações” da língua propostas pelos falantes, sendo tais inovações outro referente instituído no texto. Passando por esse processo, as inovações dividem-se em duas categorias (e mais dois referentes): “algumas mudanças”, recategorizadas pela predi-

cação “serão incorporadas”; “a maioria” (das mudanças), recategorizadas como “rejeitadas”, “modismos”. Mobilizando e (re)elaborando esses referentes, o colunista explica como funciona o processo de digestão linguística a que fez referência. Sob esse prisma, então, a língua se abre a inovações, dado seu caráter democrático e libertário, mas nem todas elas (a maioria, na verdade) serão aceitas.

Fechando o parágrafo, Hélio Schwartsman mobiliza o referente “erro de português”, apenas para negar sua existência (esse referente é recategorizado pela predicação “não existe”), e sugere que a ideia de que erro de português não exista é de pouca aceitação, uma vez que “já apanhou” por defendê-la. Em seguida, por fim, o colunista propõe a categoria (um novo referente) “utilizações mais ou menos adequadas ao contexto”, para abarcar, de forma mais adequada, os diversos usos da língua, inclusive aqueles que são tradicionalmente tachados de erro. Essa categoria, mais aberta às diferenças de uso e calcada na relativização (ao contexto), converge com a visão de língua “mais que democrática, libertária”, defendida pelo colunista.

Os referentes (re)construídos no parágrafo analisado, mantendo entre si uma série de associações, compõem uma rede referencial que gira em torno do referente “língua”, o qual atrai para si duas perspectivas distintas: 1) a perspectiva da coerção, advinda dos gramáticos prescricionistas, para a qual são fundamentais os referentes “gramáticos prescricionistas”, “regras”, “sua (dos gramáticos prescricionistas) autoridade” e “provas de português”; e 2) a perspectiva ligada ao falante, de natureza idiossincrática e aberta a inovações, a qual põe em destaque os referentes “mundo real”, “cada falante”, “suas (dos falantes) idiossincrasias”, “As inovações”, “um processo de digestão linguística”, “algumas mudanças”, “a maioria” (das mudanças), “erros de português” e “utilizações mais ou menos adequadas ao contexto”. Organizando os referentes dessa forma e apoiando-se na segunda perspectiva, o colunista orienta sua argumentação para a defesa da tese segundo a qual a língua é mais que democrática, libertária.

5. Considerações finais

Nossas análises demonstraram que os colunistas, ao escreverem as colunas, constroem redes referenciais com o objetivo de influenciar seus leitores e buscar sua adesão sobre os pontos de vista defendidos. Vimos, no primeiro excerto, uma rede construída a serviço da tese de que Bolsonaro ensinou o povo brasileiro a odiar; e, no segundo excerto, uma rede a serviço da tese de que a língua é mais que democrática, libertária. Assim, o exame das redes referenciais desvela posicionamentos, visões de mundo e interpretações dos eventos e acontecimentos comentados nas colunas, de modo que se pode afirmar que elas são um poderoso meio de apreender a argumentação no texto.

Diríamos que a argumentatividade das redes é uma extensão natural da argumentatividade do processo de referenciação. Se, conforme Cavalcante *et al.* (2020), por trás da (re)construção dos referentes há sempre a tentativa do locutor de influenciar o(s) interlocutor(es), podemos, para sermos condizentes com a noção de redes referenciais, expandir essa proposição, formulando-a do seguinte modo: o locutor (re)constrói os referentes e os põe em relação (compondo,



assim, redes) de maneira a tentar exercer influência sobre o(s) interlocutor(es). No caso das colunas, há a particularidade de que as redes referenciais são revestidas de traços de sentido explicitamente avaliativos, de modo a refletir a natureza opinativa do gênero. Isso reforça a ideia de Matos (2018) de que as redes se moldam aos gêneros em que são construídas.

Isto posto, esperamos ter demonstrado a contribuição da noção de redes referenciais para elevar o caráter difuso, dinâmico, complexo e multifacetado do fenômeno da referenciação. Com este trabalho, buscamos colaborar para a compreensão de como as redes são construídas, cabendo a estudos posteriores explorar seu funcionamento em outros gêneros, pois tal empreendimento possibilitará explicações cada vez mais completas e refinadas para a referida noção. Destacamos, ainda, a produtividade da interface LT-TAD, que tem elucidado, com sofisticação teórica, analítica e metodológica, os meios para apreender a argumentação no nível textual.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Francisco Felipe de Oliveira Rocha: Conceitualização; Investigação; Escrita – rascunho original; Escrita – revisão e edição.

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra: Conceitualização; Investigação; Escrita – revisão e edição.

FINANCIAMENTO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) financiou a pesquisa mediante concessão de bolsa de doutorado para o primeiro autor do artigo.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, F. **A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.

AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não-ditas. Fortaleza: edições UFC, 2011.



- CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 106-124, 2016.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con) textos Linguísticos**, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas: Cortez, 2020.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes editores, 2022.
- CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A.**, vol. 14, n. especial, p. 169-190, 1998.
- MACEDO, P. S. A de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MATOS, J. G. **As redes referenciais na construção de notas jornalísticas**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2 ed. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013.
- ROCHA, F. F. de O. **Redes referenciais e argumentação em colunas de opinião assinadas**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2024.

